

SUMÁRIO

PARTE I

O CARGO NO CONTEXTO INSTITUCIONAL: PROCURADOR DA REPÚBLICA, MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

CAPÍTULO I – O CARGO E A CARREIRA DE PROCURADOR DA REPÚBLICA	49
1. O cargo e a carreira: configuração atual	49
2. Breve retrospectiva histórica do cargo e da carreira.....	51
3. Fundamento constitucional da carreira. As garantias institucionais e funcionais e as vedações	57
3.1. Princípios Institucionais.....	59
3.1.1. Princípio da unidade e atuação dos membros do MP Estadual perante os Tribunais Superiores.....	64
3.2. As garantias institucionais: autonomia funcional, administrativa e orçamentária..	66
3.2.1. Designação do Procurador-Geral. Limitações à nomeação e destituição..	68
3.2.2. Ingresso por concurso público. Vedação ao Procurador da República “ad hoc”	70
3.3. Garantias e vedações de seus membros.....	72
3.3.1. Garantias	72
3.3.1.1. Princípio do Procurador Natural. Possibilidade de designações.....	75
3.3.1.2. Foro por prerrogativa de função	79
3.3.2. Vedações	79
4. As prerrogativas dos membros do Ministério Público Federal	86
4.1. As prerrogativas institucionais.....	87
4.2. As prerrogativas processuais	88
CAPÍTULO II – LEI DE REGÊNCIA DA CARREIRA E ESTRUTURA INSTITUCIONAL.....	95
1. Visão Geral da Lei Orgânica do Ministério Público da União – LC 75/93	95
1.1. Das disposições gerais a todos os ramos do MPU.....	96
1.2. Das disposições estatutárias especiais.....	98

1.2.1.	Dos direitos.....	98
1.2.2.	Dos deveres e do regime disciplinar.....	100
2.	Estrutura Orgânica do Ministério Público Federal.....	101
2.1.	Visão geral dos órgãos do Ministério Público Federal.....	101
2.2.	Dos órgãos da Administração Superior do Ministério Público Federal	105
2.2.1.	PGR	105
2.2.1.1.	Atividades-fim	105
2.2.1.2.	Atividades administrativas.....	106
2.2.1.3.	Assessorias e Secretarias. Estrutura do Gabinete do PGR.....	107
2.2.2.	Colégio de Procuradores da República	108
2.2.3.	Conselho Superior do Ministério Público Federal	109
2.2.4.	Corregedoria do Ministério Público Federal	110
2.2.5.	Câmaras de Coordenação e Revisão (CCR) do Ministério Público Federal. Nova Regulamentação.....	112
2.2.6.	Conselho Institucional	116
2.2.7.	Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão	117

CAPÍTULO III – O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO CONTEXTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO..... 121

1.	O salto institucional do Ministério Público brasileiro na Constituição Federal de 1988 e os desafios dele resultantes	121
1.1.	As novas funções.....	121
1.2.	O contexto sociopolítico da CF/88 e as causas do salto institucional.....	122
1.3.	O contexto jurídico do movimento do acesso à justiça e o protagonismo do Ministério Público.....	124
1.4.	As responsabilidades decorrentes do salto institucional	126
2.	Organização constitucional do Ministério Público brasileiro e a inserção contextual do Ministério Público Federal	126
2.1.	Visão geral da organização do Ministério Público brasileiro	126
2.1.1.	A simetria com o Poder Judiciário	127
2.1.2.	O Ministério Público e a estrutura federativa	128
2.2.	Do Ministério Público da União e do Ministério Público Federal	128
2.2.1.	O Ministério Público junto ao TCU não integra o MPU	129
2.3.	Do Conselho Nacional do Ministério Público	130
2.3.1.	Composição e natureza	130
2.3.2.	Competência.....	130
2.3.2.1.	A importância da distinção entre a atuação administrativa e funcional para o controle exercido pelo CNMP	130

2.3.2.2.	A competência normativa do CNMP e a sua compatibilização com as normas do CSMPF	132
2.3.2.3.	O CNMP e a fiscalização da atuação dos membros. A Corregedoria.....	134
2.3.3.	Do funcionamento do CNMP e das Ouvidorias	135
3.	Ministério Público Federal e os desafios do século XXI: uma Instituição com mentalidade renovada e visão estratégica.....	136
3.1.	A necessidade de uma mentalidade institucional plenamente conformada ao modelo dado pela CF/88	136
3.2.	Os principais desafios à revisão de mentalidade.....	139
3.3.	O compromisso com o resultado social, a transparência, o planejamento e a inadiável eleição de prioridades sob uma perspectiva de seletividade	141
3.4.	Avanços já alcançados pelo Ministério Público Federal.....	142
3.5.	O planejamento estratégico.....	144
4.	Questões de concursos.....	147

PARTE II A ATUAÇÃO CRIMINAL

CAPÍTULO I – DA ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO PROCURADOR DA REPÚBLICA...	155	
1.	Introdução – Finalidade do processo penal	155
2.	As principais funções na área criminal	156
2.1.	Titular exclusivo da ação penal pública. Sistema acusatório.....	156
2.1.1.	Representação da autoridade policial e legitimidade do Ministério Público.....	160
2.2.	Investigação pelo Ministério Público. Dever de investigar em determinados casos...	163
2.3.	Controle externo da atividade policial.....	171
3.	A atuação do MP na fase investigativa	177
3.1.	Arquivamento das peças informativas	177
3.2.	Oferecimento imediato de denúncia	178
3.3.	Declínio de atribuições	178
3.3.1.	Conflito de atribuições.....	179
3.4.	Requisitar instauração de inquérito policial.....	181
3.5.	Instaurar Procedimento Investigatório Criminal (PIC). Disciplina e regulamentação do PIC	182
3.5.1.	Instauração do PIC	184
3.5.2.	Realização de Diligências. Prazo	187
3.5.2.1.	SPPEA.....	193
3.5.3.	Publicidade. Hipóteses de decretação do sigilo	194

3.5.3.1.	Atendimento a advogados e investigados.....	197
3.5.4.	Da conclusão e do arquivamento do PIC	198
4.	Do Inquérito Policial.....	201
4.1.	Conceito e finalidade do inquérito policial	201
4.2.	Atribuições da Polícia Federal. Exclusividade e inquéritos extrapoliciais	202
4.3.	Função do Juiz Federal no Inquérito Policial. Juiz de garantias.....	204
4.4.	Natureza jurídica e características do inquérito policial	210
4.4.1.	Características do inquérito policial.....	210
4.4.1.1.	Escrito e inquisitivo	210
4.4.1.2.	Procedimento sigiloso	212
4.4.1.3.	Dispensável.....	217
4.4.1.4.	Indisponibilidade do inquérito e a investigação preliminar...	217
4.5.	Instauração do Inquérito: fundamento e forma.....	220
4.5.1.	Formas de instauração de inquérito policial.....	221
4.5.1.1.	De ofício.....	221
4.5.1.2.	Requisição do juiz.....	222
4.5.1.3.	Requisição do Ministério Público.....	222
4.5.1.3.1.	Requisição do Ministério Público e autoridade coatora em caso de HC.....	224
4.5.1.3.2.	Prazo para instauração do inquérito policial em caso de requisição do MP	224
4.5.1.4.	Requerimento da vítima.....	225
4.5.1.4.1.	Indeferimento da representação da vítima	225
4.5.1.5.	Requisição do Ministro da Justiça	226
4.5.1.6.	Representação de qualquer do povo	226
4.5.1.6.1.	Notícia anônima.....	227
4.5.1.7.	Auto de Prisão em flagrante	230
4.6.	Procedimento	230
4.6.1.	Diligências pelo MP no inquérito?	239
4.6.2.	Investigações no exterior. Interpol	242
4.7.	Atuação do Ministério Público nos meios de obtenção de provas	243
4.7.1.	Interceptação telefônica, telemática e acesso aos dados cadastrais.....	243
4.7.2.	Acesso ao conteúdo de dispositivos móveis.....	251
4.7.3.	Comunicações privadas armazenadas (“espelhamento”).....	255
4.7.4.	Afastamento de sigilo de dados estáticos (geofencing).....	257
4.7.5.	Interceptação e gravação ambiental	261

4.7.6.	Afastamento do sigilo bancário, fiscal e telefônico. RIF. Simba e SIT-TEL.....	269
4.7.7.	Colaboração premiada. Lei 12.850/2013	275
4.7.7.1.	Procedimento da colaboração premiada. Acordo escrito	284
4.7.7.1.1.	Fase de Negociação	284
4.7.7.1.2.	Fase da assinatura do acordo	299
4.7.7.1.3.	Fase da tomada dos depoimentos.....	300
4.7.7.1.4.	Fase de homologação	301
4.7.7.1.5.	Fase de execução do acordo	302
4.7.7.1.6.	Fase da valoração	303
4.7.8.	Ação Controlada	306
4.7.9.	Infiltração de agentes e infiltração virtual	309
4.7.10.	Busca e apreensão.....	322
4.8.	Valor probatório do inquérito policial. Provas pré-constituídas e provas constituídas.....	332
4.9.	Indiciamento	337
4.10.	Foro por prerrogativa de função. Instauração de inquérito policial e indiciamento.....	340
4.10.1.	Investigação contra membros do MPF	345
4.10.2.	Quando remeter o inquérito para o foro por prerrogativa de função?	346
4.10.3.	Foro por prerrogativa de função e outros investigados. Desmembramento em primeiro grau?.....	348
4.11.	Incomunicabilidade	349
4.12.	Vícios no inquérito policial.....	350
4.13.	Trancamento de Inquérito via HC.....	350
4.14.	Trancamento do inquérito de ofício pelo juiz <i>versus</i> necessidade de arquivamento do inquérito policial	350
4.15.	Prazo para conclusão do inquérito	351
4.15.1.	Investigado preso. Prorrogação do prazo pelo juiz.....	351
4.15.1.1.	Necessidade de diligências e investigado preso.....	353
4.15.2.	Investigado solto. Dilação de Prazo	354
4.15.2.1.	Tramitação direta	355
4.16.	Conclusão do inquérito. Relatório da autoridade policial.....	359
4.17.	Recebimento do inquérito relatado pelo MPF. Alternativas.....	361
4.18.	Oferecimento de denúncia.....	361
4.19.	Requisitar novas diligências ou realizá-las diretamente	361
4.20.	Arquivamento do inquérito policial	363

4.20.1.	Hipóteses de arquivamento	364
4.20.1.1.	Obrigatoriedade da ação penal público <i>versus</i> eficiência na persecução. Espaços de seletividade. Arquivamento	368
4.20.2.	Como promover o arquivamento do inquérito?	376
4.20.3.	Novo procedimento de arquivamento do art. 28, segundo interpretação conforme dada pelo STF	377
4.20.4.	Etapas do novo procedimento de arquivamento	380
4.20.4.1.	Decisão de Arquivamento pelo MP	381
4.20.4.2.	Comunicações necessárias	381
4.20.4.3.	Eventual provocação para a revisão do arquivamento e juízo de retração	386
4.20.4.4.	Remessa eventual ao órgão revisor do MP	387
4.20.4.5.	Controle do arquivamento pelas Câmaras de Coordenação e Revisão	388
4.20.4.5.1.	Homologação do arquivamento pela Câmara.....	389
4.20.4.5.2.	Necessidade de oferecimento de denúncia ou de acordo.....	389
4.20.4.5.3.	Realização de novas diligências	391
4.20.5.	Procedimento para arquivamento das notícias de fato. Exclusão do âmbi- to de aplicação do art. 28.	392
4.20.6.	Efeito da decisão de arquivamento	394
4.20.6.1.	Desarquivamento. Novas provas.....	394
4.20.6.2.	Arquivamento do inquérito e coisa julgada material	397
4.20.7.	Arquivamento implícito	399
4.21.	Promover o declínio de atribuições. Arquivamento indireto	400
5.	Acordo de não persecução PENAL	403
5.1.	Definição e natureza jurídica. Consequências	405
5.2.	Requisitos	406
5.2.1.	Justa causa.....	406
5.2.2.	Crime cometido sem violência ou grave ameaça	408
5.2.3.	Pena mínima inferior a quatro anos.....	408
5.2.4.	Confissão	409
5.2.5.	Acordo seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.....	414
5.2.6.	Não ser cabível transação penal	416
5.2.7.	Circunstâncias pessoais favoráveis.....	416
5.2.8.	Não ter se beneficiado com institutos de consenso nos cinco anos ante- riores ao crime.....	418

5.2.9.	Não se tratar de crime de violência doméstica ou em razão da condição feminina	419
5.3.	Condições a serem cumpridas.....	419
5.3.1.	Reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo	420
5.3.2.	Renúncia a bens	423
5.3.3.	Prestação de serviços à comunidade.....	424
5.3.4.	Prestação pecuniária	424
5.3.5.	Cumprir outras condições compatíveis e proporcionais	424
5.4.	Procedimento	426
5.4.1.	Tratativas e negociação do acordo.....	426
5.4.2.	Assinatura do acordo.....	437
5.4.3.	Fase do controle judicial do acordo	437
5.4.4.	Fiscalização e decisão final sobre o acordo	438
5.5.	Direito Intertemporal	441
6.	Passo a passo.....	445
6.1.	Passo a passo. Recebimento de peças de informação. Alternativas ao Procurador da República	445
6.2.	Passo a passo da atuação do Procurador da República desde a requisição do inquérito policial	446
6.3.	Passo a passo da colaboração premiada.....	447
7.	Quadros Sinóticos.....	447
7.1.	Quadro sinótico do arquivamento do inquérito policial.....	447
7.2.	Quadro sinótico do controle externo da atividade policial.....	448
8.	Modelo de peças processuais e manifestações	448
8.1.	Modelo de requisição de inquérito policial.....	448
8.2.	Modelo de portaria de PIC	450
8.3.	Modelo de declínio de atribuições perante a 2ª CCR.....	451
8.4.	Modelo de arquivamento de inquérito policial.....	452
8.5.	Modelo de acordo de colaboração premiada.....	454
8.6.	Modelo de Termo de confidencialidade em Acordo de Colaboração Premiada	458
8.7.	Modelo de Notificação para ANPP.....	459
8.8.	Modelo de ANPP	459
9.	Questões de concurso.....	461
CAPÍTULO II – DA DENÚNCIA.....		473
2.	Pressuposto para a denúncia. Justa causa.....	475
2.1.	Análise das provas na denúncia?.....	477
3.	O que deve conter uma denúncia. Divisão da denúncia.....	479

3.1.	Primeira Parte. Parte introdutória	479
3.1.1.	Endereçamento	479
3.1.2.	Indicação do número dos Autos	481
3.1.3.	Introdução à denúncia	481
3.1.4.	Qualificação do denunciado	481
3.1.4.1.	Menção ao imputado na denúncia	483
3.1.4.2.	Oferecimento da denúncia contra todos os investigados.....	484
3.2.	Segunda parte. Imputação normativa – Enquadramento típico.....	485
3.3.	Terceira parte: Descrição do fato com todas as suas circunstâncias	486
3.3.1.	Denúncia alternativa	489
3.3.2.	Individualização temporal (Quando).....	490
3.3.3.	Delimitação espacial (Lugar)	491
3.3.4.	Descrição da participação de cada agente (Quem)	491
3.3.4.1.	Denúncia geral <i>versus</i> denúncia genérica. Crimes societários...	492
3.3.4.2.	Número de denunciados. Maxiprocessos. Desmembramento	494
3.3.4.3.	Linguagem da denúncia. Forma de descrição do fato com todas as suas circunstâncias	496
3.3.4.4.	Tamanho da denúncia. Entre a denúncia sucinta e a muito longa.....	498
3.3.4.5.	Particularidades da denúncia de alguns tipos penais	499
3.3.4.6.	O que não deve conter uma denúncia	505
3.4.	Quarta parte: classificação e requerimento	507
3.4.1.	Classificação penal do fato	507
3.4.2.	Pedido de citação e de condenação	508
3.4.3.	Rol de testemunhas	509
3.4.3.1.	Número de testemunhas	511
3.4.4.	Parte autenticativa (data, local e assinatura).....	512
4.	Prazo para a denúncia.....	513
4.1.	Contagem de prazo no processo penal	513
5.	Cota de oferecimento da denúncia	516
6.	Rejeição da denúncia.....	518
6.1.	Denúncia ou queixa manifestamente inepta.....	519
6.2.	Falta de pressuposto processual ou condição para o exercício da ação	519
6.3.	Recurso em caso de rejeição da denúncia	521
7.	Aditamento da denúncia	522
7.1.	<i>Mutatio Libelli e Emendatio Libelli</i>	522

7.2.	<i>Emendatio libelli</i>	522
7.2.1.	<i>Emendatio libelli</i> , suspensão condicional do processo e ANPP	524
7.3.	<i>Mutatio libelli</i>	525
7.3.1.	Procedimento e recurso	528
8.	Passo a passo da denúncia	529
10.	Modelo de peças processuais e manifestações	531
10.1.	Modelo de denúncia de moeda falsa	531
10.2.	Modelo de denúncia de estelionato contra INSS	532
10.3.	Modelo de denúncia de roubo	534
10.4.	Modelo de denúncia de sonegação de contribuição previdenciária	536
10.5.	Modelo de cota de oferecimento da denúncia	537
10.6.	Modelo de aditamento da denúncia por erro material	538
11.	Questões de concurso	539
CAPÍTULO III – DAS ATRIBUIÇÕES CRIMINAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.....		543
1.	Introdução	543
2.	<i>Iter</i> a ser seguido na definição da competência	544
3.	Competência da justiça federal	552
3.1.	Causas em detrimento de bens, serviços e interesses da União	552
3.1.1.	Bens, serviços e interesses	552
3.1.2.	União, autarquias e empresas públicas	556
3.1.3.	Crimes apenas	560
3.1.4.	Ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral	561
3.1.5.	Questões recorrentes	561
3.1.5.1.	Competência no caso de adulteração de documentos e uso	565
3.1.5.2.	Crimes ambientais	571
3.2.	Crimes políticos	574
3.3.	Crime à distância previsto em tratado ou convenção internacional	576
3.3.1.	Tráfico transnacional	581
3.3.2.	Publicação de cena envolvendo pedofilia	584
3.3.3.	Racismo pela internet	586
3.4.	As causas relativas aos direitos humanos a que se refere o art. 109, §5º. Incidente de Deslocamento de Competência	586
3.5.	Crimes contra a organização do trabalho	591
3.6.	Crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira, nas hipóteses previstas em lei	593

3.7.	Crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves	597
3.8.	Crime de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro	599
3.9.	Execução de cartas rogatórias	599
3.10.	Crime envolvendo disputa sobre direitos indígenas	600
3.11.	Competência em caso de execução de pena privativa de liberdade aplicada pela Justiça Federal.....	601
3.11.1.	Transferência para presídio federal. Procedimento	602
3.12.	Feito que tramitou perante Justiça absolutamente incompetente. Coisa julgada ...	607
3.12.1.	Possibilidade de ratificação da denúncia. Interrupção da prescrição e juízo absolutamente incompetente	608
4.	Competência territorial ou de foro	609
4.1.	Hipóteses mais comuns.....	611
4.2.	Conexão entre subseções diversas.....	616
4.3.	Criação de nova subseção judiciária. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	617
5.	Competência de juízo ou de vara.....	618
6.	Passo a passo.....	620
6.1.	Passo a passo para identificar o juiz competente	620
6.2.	Passo a passo para identificar a Subseção Judiciária competente	620
7.	Quadros sinóticos.....	620
7.1.	Quadro sinótico das hipóteses de competência da Justiça Federal.....	620
7.2.	Quadro sinótico do Incidente de Deslocamento de competência	621
8.	Fluxograma da transferência para presídio federal.....	621
9.	Questões de concurso	621
CAPÍTULO IV – DAS MEDIDAS DE COAÇÃO		631
1.	Medidas cautelares patrimoniais. Importância do tema.....	631
2.	Sequestro.....	633
2.1.	Bens passíveis de sequestro.....	634
2.2.	Requisitos do sequestro.....	635
2.2.1.	Prova de que se trata de provento da infração. Importância da prova indiciária	636
2.3.	Procedimento do sequestro	639
2.4.	Confisco e sequestro de valor equivalente ou por substituição.....	641
2.5.	Confisco e sequestro alargado	643
2.5.1.	Requisitos do confisco alargado.....	644
2.5.2.	Procedimento do confisco alargado	651
2.5.3.	Constitucionalidade do confisco alargado	655
2.5.4.	Sequestro alargado	658

2.5.5.	Aplicação do confisco alargado no tempo.....	658
2.5.6.	Diferença entre os regimes de confisco	659
3.	Sequestro especial do Decreto-Lei 3.240/41	661
4.	Hipoteca legal e arresto	663
4.1.	Conceito de pena pecuniária e despesas processuais	663
4.2.	Especialização da hipoteca legal. Definição e finalidade	664
4.2.1.	Objeto	665
4.2.2.	Requisitos	665
4.2.3.	Legitimados para a medida. Legitimidade do MP.....	666
4.2.4.	Momento.....	671
4.2.5.	Procedimento.....	671
4.3.	Arresto.....	672
4.3.1.	Objeto	673
4.3.2.	Procedimento.....	674
5.	Medidas assecuratórias na lei de lavagem	675
6.	Restituição de coisas apreendidas.....	677
6.1.	Apreensão para fins processuais.....	678
6.2.	Apreensão para fins penais. Confisco especial.....	680
6.3.	Hipóteses específicas.....	682
7.	Alienação antecipada e uso de bens durante o processo.....	686
7.1.	Procedimento de alienação antecipada.....	688
7.2.	Autorização de uso de bens constritos por autoridades públicas	690
8.	Medidas de coação pessoais	691
8.1.	Necessidade, adequação e proporcionalidade da medida. A prisão como <i>ultima ratio</i>	692
8.2.	Vedação à decretação de medidas cautelares de ofício pelo juiz.....	694
8.3.	Adoção do contraditório prévio	696
8.4.	Medidas alternativas à prisão preventiva.....	698
8.4.1.	Medidas alternativas em espécie	699
8.4.2.	Descumprimento das medidas e prisão preventiva.....	705
8.4.3.	Recurso cabível	707
8.4.4.	Prazo das medidas e detração.....	707
8.5.	Prisão em flagrante. Conversão da prisão em flagrante	709
8.5.1.	O que deve ser analisado na prisão em flagrante?.....	712
8.6.	Prisão preventiva.....	714
8.6.1.	Prazo da prisão preventiva. Provisoriedade. Necessidade de sua revisão periódica	719

8.6.2.	Manifestação do Procurador da República sobre prisão preventiva	723
8.7.	Previsão da prisão domiciliar.....	725
8.8.	Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões.....	727
8.9.	Prisão de pessoa no estrangeiro	728
8.10.	Prisão temporária.....	729
8.10.1.	Prazo da prisão temporária	733
8.11.	Liberdade provisória	736
8.12.	Audiência de Custódia ou de apresentação. Decisões possíveis	737
9.	Passo a passo.....	745
9.1.	Passo a passo do pedido de sequestro	745
9.2.	Passo a passo da restituição de coisas apreendidas.....	746
10.	Quadro sinótico das questões a serem analisadas ao receber prisão em flagrante.....	747
11.	Fluxograma em caso de pedido de prisão preventiva.....	747
12.	Modelo de peças processuais e manifestações.....	748
12.1.	Modelo de pedido de especialização de hipoteca legal	748
13.	Questões de concurso.....	750
CAPÍTULO V – JUIZADO ESPECIAL FEDERAL.....		757
1.	Fundamento constitucional.....	757
2.	Princípios	757
3.	Competência. Conceito de crime de menor potencial ofensivo.....	758
3.1.	Identificar a pena máxima cominada.....	759
3.1.1.	Concurso de crimes. Conexão e continência	760
3.2.	Hipóteses de exclusão da competência do Juizado Especial	761
4.	Fases.....	762
4.1.	Da fase preliminar	762
4.1.1.	Termo Circunstanciado.....	762
4.1.2.	O que fazer com o Termo Circunstanciado? Alternativas ao Procurador da República	763
4.2.	Audiência preliminar	764
4.2.1.	Transação penal.....	765
4.2.1.1.	Requisitos da transação penal.....	766
4.2.1.2.	Procedimento de aplicação da transação penal. Divergência do juiz.....	768
4.2.1.3.	Alteração das condições.....	771
4.2.1.4.	Não cumprimento do acordo.....	771
4.2.2.	Procedimento sumaríssimo. Denúncia oral.....	772

4.3.	Audiência de instrução e julgamento.....	773
4.4.	Recursos na Lei 9.099.....	774
4.4.1.	Apelação	775
4.4.2.	Embargos de declaração	775
5.	Passo a passo da transação penal	776
6.	Quadro sinótico das alternativas do Procurador da República diante do Termo Circunstanciado	777
7.	Fluxograma do rito sumaríssimo.....	777
8.	Modelo de peças.....	778
8.1.	Modelo de pedido de designação de audiência preliminar para proposta de transação penal	778
9.	Questões de concurso	779
CAPÍTULO VI – ATUAÇÃO DO PROCURADOR DA REPÚBLICA DURANTE O PROCESSO		783
1.	Introdução	783
2.	Recebimento da denúncia	783
2.1.	Desclassificação dos fatos pelo juiz no momento do recebimento da denúncia.....	784
3.	Suspensão condicional do processo.....	786
3.1.	Momento da suspensão condicional do processo.....	787
3.2.	Requisitos de admissibilidade.....	788
3.2.1.	Pena mínima igual ou inferior a um ano	789
3.2.2.	Não estar sendo processado por outro crime.....	790
3.2.3.	Não ter sido condenado por outro crime.....	791
3.2.4.	Circunstâncias favoráveis.....	792
3.2.5.	Não ter se beneficiado nos últimos cinco anos com a suspensão condicional.....	792
3.3.	Procedimento. Audiência admonitória.....	792
3.3.1.	Proposta por carta precatória.....	794
3.4.	Período de provas. Condições legais e judiciais.....	794
3.4.1.	Condições da Suspensão Condicional do processo na Lei Ambiental.....	796
3.4.2.	Modificação das condições	797
3.5.	Causas de revogação.....	797
3.6.	Recurso cabível da decisão sobre suspensão condicional do processo	798
3.7.	Comparação entre a transação penal, o ANPP e a suspensão condicional do processo	798
4.	Citação do acusado.....	803
4.1.	Citação com hora certa	803

4.2.	Citação por edital. Hipóteses	807
4.2.1.	Suspensão do processo. Prazo de suspensão e providências.....	808
4.3.	Citação no exterior	810
5.	Resposta escrita	811
5.1.	Defesa inicial e oitiva prévia do ministério público	814
6.	Possibilidade de absolvição sumária ou de rejeição da denúncia	815
7.	Audiência de instrução e julgamento	819
7.1.	Indeferimento de provas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias.....	820
7.2.	Documentação das provas orais por modernas técnicas de registro.....	823
7.3.	Oitiva da vítima durante a audiência. Necessidade de proteção contra revitimização.....	824
7.4.	Prova testemunhal	833
7.4.1.	Contradita	834
7.4.2.	Sistema de inquirição direta (<i>cross-examination</i>).....	836
7.4.3.	Ordem de inquirição.....	837
7.4.4.	Forma de perguntar pelas partes. Dicas práticas.....	839
7.4.5.	Substituição de testemunhas.....	845
7.4.6.	Desistência de testemunha	846
7.4.7.	Direito de presença e réu preso. Direito ao confronto.....	847
7.4.8.	Preservação da testemunha. Depoimento sem dano. Inclusão em sistema de proteção de testemunhas.....	848
7.4.9.	Oitiva da Testemunha por videoconferência. Teledepoimento	853
7.4.10.	Oitiva de testemunhas por carta rogatória	855
7.4.11.	Videoconferência para oitiva de testemunha no exterior.....	857
7.5.	Oitiva dos peritos e assistentes técnicos.....	858
7.6.	Acareações e reconhecimentos.....	859
7.7.	Interrogatório	861
7.8.	Requerimento de diligências	864
7.9.	Alegações orais ou memoriais escritos	866
7.9.1.	Peça obrigatória.....	868
7.9.2.	Como fazer os memoriais escritos? Dicas práticas.....	869
7.9.2.1.	Relatório.....	869
7.9.2.2.	Questões preliminares.....	869
7.9.2.3.	Exame do mérito	870
7.9.2.3.1.	Análise detida das provas	871
7.9.2.3.2.	Importância da prova indiciária.....	872
7.9.2.3.3.	Citação de doutrina e jurisprudência	878

7.9.2.4.	Prequestionamento	878
7.9.2.5.	Da classificação do delito e da pena.....	879
7.9.2.6.	Prisão e outras medidas cautelares pessoais. Detração	881
7.9.2.7.	Dos efeitos da sentença condenatória – confisco, valor mínimo de indenização e perda do cargo – e bens apreendidos....	881
7.9.2.8.	Do pedido	885
7.10.	Sentença oral. Princípio da identidade física	885
7.10.1.	Intimação da sentença.....	886
8.	Recursos.....	887
8.1.	Juízo de admissibilidade.....	887
8.1.1.	Recurso adequado	888
8.1.2.	Regularidade formal.....	888
8.1.3.	Tempestividade	890
8.1.4.	Interesse recursal.....	893
8.1.5.	Réu foragido e fuga do réu	894
8.2.	Juízo de mérito	894
8.3.	Recursos em espécie.....	896
8.3.1.	Recurso em sentido estrito	896
8.3.1.1.	Processamento. Possibilidade de efeito suspensivo.	897
8.3.2.	Agravo em execução	899
8.3.3.	Apelação	900
8.3.3.1.	Processamento	900
8.3.4.	Embargos de declaração	902
8.3.5.	Carta testemunhável	904
8.3.6.	Correção Parcial.....	905
8.4.	Dicas práticas na elaboração dos recursos.....	908
9.	Ações de impugnação autônomas	911
9.1.	<i>Habeas Corpus</i>	911
9.2.	Mandado de segurança	911
10.	Passo a passo.....	913
10.1.	Passo a passo da suspensão condicional do processo	913
10.2.	Passo a passo dos memoriais escritos	914
11.	Fluxogramas.....	915
11.1.	Fluxograma do procedimento ordinário.....	915
11.2.	Fluxograma da audiência de instrução e julgamento	916
12.	Modelo de peças.....	916

12.1.	Modelo de memoriais escritos de rádio	916
12.2.	Modelo de memoriais de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A)	919
12.3.	Modelo de interposição de apelação, já com razões recursais	925
12.4.	Modelo de contrarrazões recursais.....	928
12.5.	Modelo de interposição de recurso em sentido estrito, sem razões.....	931
12.6.	Modelo de interposição de recurso em sentido estrito, já com razões, formando instrumento.....	931
13.	Questões de concurso.....	936
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		945

PARTE III A ATUAÇÃO CÍVEL

INTRODUÇÃO – O VASTO CAMPO DA RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL.....	959
---	------------

CAPÍTULO I – A ATRIBUIÇÃO DO PROCURADOR DA REPÚBLICA E A COMPETÊNCIA CÍVEL DA JUSTIÇA FEDERAL.....	963
---	------------

1.	Atribuição e legitimidade em matéria cível: conceitos, distinções e alcance	964
1.1.	Atribuição do Procurador da República: parcela da legitimidade do MPF.....	964
1.2.	A atribuição para a atuação fora do processo judicial.....	965
1.3.	Os conflitos de atribuição e a competência para solucioná-los.....	967
2.	Legitimidade do MPF e a competência da Justiça Federal.....	968
2.1.	A regra do art. 37 da LC 75 e suas exceções	968
2.1.1.	O litisconsórcio entre Ministérios Públicos.....	969
2.1.2.	O art. 39 da LC 75: a atribuição na função <i>ombudsman</i>	971
2.2.	A competência da Justiça Federal em matéria cível.....	971
2.2.1.	A regra geral da competência cível: art. 109, I, CF	973
2.2.2.	A causa fundada em tratado ou contrato internacional (art. 109, III, CF)	975
2.2.3.	A causa que envolve disputa sobre direitos indígenas (art. 109, XI, CF)	976
3.	O interesse federal configurador da legitimidade do Ministério Público Federal	977
3.1.	O interesse federal na jurisprudência do STJ.....	978
3.1.1.	MPF: legitimidade coletiva e a condição de “órgão da União”	982
3.1.2.	As diferenças entre a competência cível e a criminal na configuração do interesse federal	984
3.2.	O art. 109, I, CF e o interesse federal: conclusões e exemplos	990
3.3.	A análise em concreto do interesse federal.....	992
4.	O aspecto territorial na fixação da atribuição cível do Procurador da República.....	994

4.1.	A atribuição nas causas de âmbito nacional.....	994
4.2.	A atribuição territorial e a extensão da subseção judiciária.....	998
5.	Quadro sinótico da atribuição do Procurador da República.....	1000
6.	Passo a passo da definição da atribuição.....	1001
7.	Modelo de peças.....	1002
7.1.	Despacho de declínio de atribuição.....	1002
8.	Questões de concursos.....	1004
CAPÍTULO II – AS FUNÇÕES CONSTITUCIONAIS NA ÁREA CÍVEL.....		1005
1.	A “revolução” promovida pela CF/88 na atuação cível do MPF.....	1005
1.1.	A missão do Ministério Público em cotejo com a das demais funções essenciais à justiça e os reflexos na eleição de prioridades.....	1006
2.	A função de <i>Ombudsman</i> , Defensor do Povo ou Defensor dos Direitos Constitucionais (art. 129, II, CF).....	1007
2.1.	Os modelos de direito comparado e a opção do constituinte pelo Ministério Público.....	1008
2.2.	O objeto e amplitude da função <i>Ombudsman</i>	1011
2.3.	A disciplina da função <i>Ombudsman</i> na LC 75.....	1012
2.3.1.	A regra geral da atribuição do MPF na função <i>Ombudsman</i>	1012
2.3.2.	O PFDC como <i>Ombudsman</i> Nacional.....	1013
2.3.3.	A notificação para providências e a atuação fora das atribuições ordinárias.....	1014
2.3.4.	A recomendação e outros instrumentos de atuação pertinentes.....	1015
2.4.	A função <i>Ombudsman</i> e a função de legitimado coletivo: vantagens da cumulação.....	1016
2.5.	A abrangência subjetiva e a vedação do ajuizamento individual.....	1017
2.6.	O exercício da função e as diversas áreas temáticas de atuação cível.....	1019
3.	A função de legitimado coletivo (art. 129, III, CF).....	1019
3.1.	Contexto, evolução histórica e conceito de legitimidade coletiva.....	1020
3.2.	Limites da legitimidade coletiva: a indisponibilidade pelos legitimados e o conceito de concretização dos direitos.....	1021
3.3.	Do conceito legal de direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	1022
3.3.1.	Da (in)divisibilidade dos direitos difusos e coletivos e das relevantes consequências processuais dessa classificação.....	1023
3.3.2.	A doutrina de Barbosa Moreira e o modo de distinguir os direitos essencialmente (indivisíveis) dos acidentalmente (divisíveis) coletivos.....	1024
3.3.3.	A relevância da homogeneidade para configuração dos direitos e interesses individuais homogêneos.....	1025

3.3.4.	A crítica a esses conceitos e o devido processo coletivo	1026
3.4.	A legitimidade coletiva do Ministério Público na dicção da jurisprudência	1028
3.4.1.	A legitimidade para proteção dos direitos e interesses difusos e coletivos.	1028
3.4.2.	A legitimidade para proteção dos direitos individuais homogêneos: o critério da relevância social.....	1028
4.	A função de defensor das populações indígenas (art. 129, V, CF)	1031
4.1.	O contexto da Assembleia Constituinte	1032
4.2.	O conteúdo normativo da função de defender e sua abrangência subjetiva.....	1033
4.3.	A abrangência objetiva da função: direitos do art. 231, CF e outros de natureza coletiva	1034
5.	As “funções” investigatórias	1035
5.1.	O mandado de segurança e outros instrumentos disponíveis ao Ministério Público para assegurar efetividade a sua atuação investigatória	1036
5.2.	O poder investigatório próprio (art. 129, VI).....	1037
5.2.1.	A disciplina legal específica do poder investigatório próprio (art. 8º, LC 75)	1038
5.2.1.1.	As notificações e requisições: conteúdo e o atributo da autoexecutoriedade.....	1040
5.2.1.2.	A requisição de informações sigilosas.....	1041
5.3.	O poder de requisitar diligências investigatórias a outros órgãos (art. 129, VIII) ..	1044
5.3.1.	A amplitude de objeto e dos destinatários da requisição de diligências investigatórias	1044
5.3.2.	A regulamentação dada pela LC 75 ao poder de requisitar diligências investigatórias	1045
5.3.3.	Os limites e possibilidades do direcionamento da requisição	1046
6.	Outras funções atribuídas por lei (art. 129, IX, CF)	1046
6.1.	A necessária compatibilidade com a finalidade institucional expressa no art. 127, CF	1047
6.1.1.	A defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis como principal finalidade orientadora da intervenção em matéria cível.....	1047
6.1.1.1.	Direitos e interesses indisponíveis.....	1048
6.1.1.2.	Os interesses sociais.....	1048
6.1.1.2.1.	Interesse público primário e secundário.....	1049
6.1.1.2.2.	A sinonímia estabelecida pelo CPC no art. 178, I: processos que envolvam “interesse público ou social”	1050
6.2.	A função de fiscal da ordem jurídica (“custos juris”) e a intervenção no processo civil	1051

7.	Quadro sinótico	1052
8.	Questões de concursos.....	1053
CAPÍTULO III – AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO MPF NA ÁREA CÍVEL.....		1057
1.	Visão Geral e o modelo constitucional de atuação cível do Ministério Público.....	1057
1.1.	As duas formas de atuação processual (agente e interveniente) e a atuação extraprocessual	1057
1.2.	O modelo constitucional de atuação cível do Ministério Público e sua incorporação pelo CPC	1058
1.3.	A priorização da atuação como agente e a reorientação da atuação como interveniente como decorrência do modelo constitucional.....	1060
2.	A atuação como agente.....	1061
2.1.	A atuação extraprocessual (fora do processo judicial) e a processual: visão geral e integrada.....	1061
2.1.1.	As ações judiciais e o respectivo regime processual.....	1062
2.1.2.	O inquérito civil, a audiência pública, a recomendação e o TAC e a resolutividade da atuação extraprocessual	1062
2.1.3.	A importância da integração entre a atuação extraprocessual e a processual	1064
2.2.	O campo de atuação do Ministério Público Federal como agente: a tutela coletiva, sua abrangência e os desafios que apresenta.....	1065
2.2.1.	A expressão “tutela coletiva” e sua ampla abrangência	1065
2.2.2.	A interdisciplinariedade.....	1066
2.2.3.	A justiciabilidade das políticas públicas e a exigibilidade dos direitos sociais.....	1066
2.2.4.	A complexidade das medidas necessárias à tutela coletiva	1067
2.2.5.	Os processos estruturais	1068
2.2.6.	As acentuadas mudanças sociais e o novo paradigma jurídico	1071
2.3.	A legitimidade coletiva ativa: suas peculiaridades, limites e perspectivas	1071
2.3.1.	A base constitucional e legal da legitimidade coletiva do Ministério Público.....	1071
2.3.2.	A natureza e as classificações da legitimidade coletiva	1072
2.3.3.	A indisponibilidade dos direitos pelo legitimado coletivo	1074
2.3.4.	Indisponibilidade e a possibilidade de negociação em tutela coletiva	1074
2.3.4.1.	A distinção entre a negociação em tutela coletiva e a transação do direito civil	1075
2.3.4.2.	A distinção entre disposição e concretização dos direitos	1075
2.3.4.3.	Os limites da concretização e sua correção judicial	1077

2.3.4.4.	O método da negociação em tutela coletiva: a negociação por princípios ou método de Harvard	1079
2.3.5.	A legitimidade concorrente e os reflexos na mitigação do princípio da obrigatoriedade	1080
2.3.5.1.	A legitimidade coletiva concorrente na CF e na legislação	1080
2.3.5.2.	A exagerada e inadequada aplicação do princípio da obrigatoriedade à tutela coletiva.....	1081
2.3.5.3.	Indisponibilidade do direito material x direito de ação	1084
2.3.5.4.	A necessária autonomia institucional para eleição estratégica de prioridades de relevância social	1084
2.3.5.5.	A reinterpretção da hipótese legal de arquivamento	1085
2.4.	As principais áreas de atuação cível do Ministério Público Federal como agente...	1086
2.4.1.	A proteção da cidadania, dos direitos e interesses constitucionais fundamentais (saúde, previdência e assistência social, educação e outros) e dos direitos humanos em geral.....	1088
2.4.2.	O controle da Administração Pública Federal e a proteção do patrimônio público.....	1091
2.4.3.	A proteção dos consumidores e da ordem econômica	1094
2.4.4.	A proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico, turístico e paisagístico e cultural	1097
2.4.5.	O combate à improbidade administrativa e à corrupção	1099
2.4.6.	A defesa dos direitos e interesses das populações indígenas, das comunidades quilombolas e tradicionais	1100
2.4.7.	A atuação em face do sistema prisional e dos estabelecimentos penais federais.....	1102
2.5.	A qualificação da Instituição na atuação cível e a aproximação com a sociedade e os cidadãos	1103
2.5.1.	As vantagens da “litigância habitual”	1103
2.5.2.	Os diferenciais favoráveis ao protagonismo do MPF em tutela coletiva ..	1104
2.5.3.	Capacitações, manuais, grupos de trabalho e o banco de dados	1104
2.5.4.	A necessária e estratégica aproximação com os cidadãos e a sociedade.....	1106
3.	A atuação como interveniente	1107
3.1.	A atuação como interveniente à luz da configuração constitucional do Ministério Público	1107
3.1.1.	A Recomendação CNMP n. 34/2016: priorização da atuação como agente e da intervenção nas causas de relevância social.....	1107
3.1.2.	A necessária releitura do modo e da finalidade da intervenção: o interveniente “ativo” em defesa dos interesses que a legitimam	1110
3.2.	Visão geral da disciplina processual da intervenção	1111

3.2.1.	Previsão legal de cabimento e momento da intervenção.....	1111
3.2.2.	A intervenção como faculdade processual do Ministério Público	1112
3.2.3.	Do prazo de 30 dias para manifestação como interveniente.....	1113
3.2.4.	Os poderes processuais ordinários e os que detém quando intervém em ação para a qual é colegitimado	1114
3.2.4.1.	O poder de requerer a desconsideração da personalidade ju- rídica	1116
3.2.5.	A nulidade pela ausência de intimação para intervenção.....	1117
3.3.	A intervenção nas ações coletivas	1118
3.3.1.	Os poderes processuais do Ministério Público Federal como intervenien- te nas ações coletivas e sua liberdade como fiscal da ordem jurídica	1119
3.3.1.1.	A desvinculação do Ministério Público à posição do autor ...	1119
3.3.2.	As previsões legais de intervenção nas ações coletivas e o respectivo regi- me processual.....	1120
3.3.2.1.	Na ação popular.....	1120
3.3.2.2.	Na ação civil pública e na ação coletiva para defesa de interes- ses individuais homogêneos.....	1121
3.3.2.2.1.	A indisponibilidade dos direitos e a possibilidade de composição promovida pelo Ministério Públi- co.....	1122
3.3.2.3.	Na ação de responsabilização por ato de improbidade admi- nistrativa.....	1123
3.3.2.4.	No mandado de segurança coletivo	1123
3.3.2.4.1.	Sobre a legitimidade do Ministério Público para impetrar mandado de segurança coletivo	1124
3.3.2.4.2.	As peculiaridades da ação e da análise ministerial	1125
3.3.2.4.3.	Os poderes processuais específicos conferidos ao MP na LMS	1126
3.4.	A intervenção nas ações individuais	1126
3.4.1.	A regra geral do CPC (art. 178)	1126
3.4.1.1.	O conteúdo e abrangência da expressão “processos que envol- vam”	1127
3.4.1.2.	A intervenção nos processos que envolvam “interesse público ou social” (inc. I)	1128
3.4.1.3.	A intervenção nos processos que envolvam interesse de incapaz (inc. II).....	1129
3.4.1.3.1.	A indisponibilidade pelo titular como justificativa da intervenção	1129
3.4.1.3.2.	Objeto da análise e da manifestação	1130

3.4.1.3.3.	A desnecessária análise do mérito.....	1131
3.4.1.3.4.	A (in)capacidade da pessoa com deficiência à luz do respectivo Estatuto.....	1132
3.4.1.4.	Da intervenção nos processos que envolvem litígios coletivos pela posse da terra rural ou urbana (inc. III).....	1133
3.4.1.5.	Intervenção nos Juizados Especiais Federais.....	1134
3.4.1.5.1.	As causas previdenciárias e assistenciais envolvendo incapazes.....	1134
3.4.1.5.2.	A desnecessária intervenção nas causas envolvendo idosos e incapacidade para o trabalho.....	1135
3.4.1.6.	Intervenção nas ações de desapropriação	1136
3.4.2.	Outras hipóteses de intervenção previstas no CPC	1137
3.4.3.	A intervenção no mandado de segurança.....	1139
3.4.3.1.	A posição institucional do MPF e do CNMP.....	1139
3.4.3.2.	Cabimento e objeto da intervenção no mandado de segurança.....	1140
3.5.	Quadro sinótico.....	1142
4.	Questões de concursos.....	1143

CAPÍTULO IV – A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL COMO AGENTE..... 1147

1.	Visão comparativa da atuação extraprocessual e processual e a postura resolutiva de Ministério Público.....	1147
1.1.	Postura resolutiva: definição e fundamento constitucional	1148
1.2.	Vantagens e desvantagens da atuação extraprocessual e da processual	1148
1.3.	As circunstâncias que tornam uma ou outra atuação preferível e a complementariedade entre ambas	1150
1.4.	O modelo de Ministério Público resolutivo e a atuação processual.....	1151
2.	O uso dos instrumentos de atuação como técnicas destinadas a alcançar efetividade dos direitos coletivos.....	1152
3.	Visão geral da atuação extraprocessual	1155
3.1.	Principais utilidades: instruir a atuação, concretizar os direitos tutelados e induzir a correção da conduta ilícita.....	1155
3.2.	As específicas utilidades de cada instrumento da atuação extraprocessual	1156
3.2.1.	Do inquérito civil.....	1156
3.2.2.	Da audiência pública.....	1157
3.2.3.	Da recomendação	1158
3.2.4.	Do compromisso de ajustamento de conduta.....	1158
3.3.	A regulamentação da atuação extraprocessual cível.....	1159

3.3.1.	A Resolução CSMPF n. 87	1160
3.3.2.	Norma do CSMPF x do CNMP. Parâmetros para solução dos conflitos e aplicação subsidiária	1160
3.3.3.	A disciplina regulamentar da revisão e coordenação da atuação extraprocessual e outros regulamentos pertinentes.....	1161
4.	Os instrumentos extraprocessuais de atuação.....	1162
4.1.	O inquérito civil e os procedimentos correlatos.....	1162
4.1.1.	A previsão legal e constitucional e a regulamentação institucional	1162
4.1.2.	A errônea denominação inquérito civil público	1163
4.1.3.	Os procedimentos correlatos	1163
4.1.4.	As características do inquérito civil.....	1165
4.1.5.	Da análise inicial da Notícia de Fato à instauração do inquérito civil.....	1166
4.1.5.1.	A instauração de ofício, a provocada e a determinada	1166
4.1.5.2.	A Notícia de Fato: compreensão da terminologia e a possibilidade de anonimato	1167
4.1.5.3.	A análise da Notícia de Fato e as opções de encaminhamento	1169
4.1.5.4.	O arquivamento da Notícia de Fato	1171
4.1.5.5.	A instauração da investigação e a necessidade de portaria	1175
4.1.6.	A instrução: despachos, notificações, ofícios requisitórios e diligências in loco	1177
4.1.6.1.	A autoexecutoriedade dos atos de instrução e as consequências para o destinatário do descumprimento.....	1177
4.1.6.2.	As correspondências e requisições destinadas às altas autoridades federais.....	1178
4.1.6.3.	O prazo para resposta das requisições de informações e documentos.....	1179
4.1.7.	O encerramento do inquérito civil: arquivamento e seu controle ou ajuizamento de ação.....	1180
4.1.7.1.	Da hipótese legal de arquivamento e as circunstâncias que a configuram	1180
4.1.7.2.	Das alternativas de decisão das Câmaras e da PFDC	1182
4.1.7.3.	Do ajuizamento da ação cabível e a consequente dispensa de arquivamento quando abranger todo o objeto da apuração ..	1182
4.1.8.	O valor e a utilidade da prova produzida no inquérito civil	1183
4.1.8.1.	A jurisprudência do STJ e a questionável hierarquia de provas.....	1184
4.1.8.2.	A possibilidade de aproveitamento da prova produzida no inquérito civil para fins criminais	1186

4.1.9.	Modelos de peças	1187
4.1.9.1.	Indeferimento de Instauração.....	1187
4.1.9.2.	Portaria de Instauração de Inquérito Civil.....	1188
4.1.9.3.	Promoção de Arquivamento.....	1189
4.2.	A audiência pública	1190
4.2.1.	A previsão legal e a regulamentação institucional.....	1190
4.2.2.	A inerência da audiência pública ao Estado Democrático de Direito e sua amplitude de objeto	1192
4.2.3.	A fase preparatória	1193
4.2.3.1.	O edital de convocação e a respectiva publicidade.....	1193
4.2.3.2.	Os convites e a voluntariedade do comparecimento	1194
4.2.4.	Realização e condução.....	1195
4.2.4.1.	A disciplina da audiência pública e sua importância para o respectivo êxito	1195
4.2.4.2.	O descabimento de votação e a importância dos encaminhamentos dados.....	1195
4.2.5.	A ata	1196
4.2.6.	Modelos de peças	1196
4.2.6.1.	Edital de convocação de audiência pública	1196
4.2.6.2.	Ata de audiência pública	1198
4.3.	A recomendação	1200
4.3.1.	A previsão legal e a regulamentação institucional.....	1200
4.3.2.	A amplitude do objeto da recomendação.....	1201
4.3.2.1.	Os serviços públicos federais e os serviços de relevância pública.....	1202
4.3.2.2.	O objeto da recomendação e as funções constitucionais	1202
4.3.2.3.	A recomendação como instrumento de prevenção de responsabilidades.....	1203
4.3.2.4.	A recomendação como instrumento de concretização de direitos e correção de condutas.....	1205
4.3.2.5.	A recomendação para alteração de normas	1206
4.3.3.	Elaboração: cuidados e peculiaridades	1207
4.3.3.1.	Momento e destinatários.....	1207
4.3.3.2.	A fundamentação, a(s) medida(s) recomendadas(s) e o prazo	1208
4.3.3.3.	A indicação de providências passíveis de serem adotadas e a ausência de coercibilidade	1209

4.3.3.4.	A requisição de resposta quanto ao atendimento e o dever de enfrentá-la para adoção de novas providências.....	1210
4.3.4.	O encaminhamento da recomendação.....	1211
4.3.5.	Eficácia e efetividade da recomendação	1212
4.3.5.1.	Dos efeitos que independem do atendimento e a importância da ampla divulgação.....	1213
4.3.5.2.	O atendimento e o consequente arquivamento da investigação	1214
4.3.5.3.	A negativa de atendimento e suas consequências	1214
4.3.6.	Modelos de peças	1215
4.3.6.1.	Recomendação.....	1215
4.4.	A notificação para adoção de providências	1218
4.4.1.	A exclusividade de uso pelos PFDCs	1218
4.4.2.	Da atuação fora das atribuições no âmbito interno e do Ministério Público Federal.....	1219
4.4.3.	Do cotejo com a recomendação e do potencial ainda inexplorado da notificação	1221
4.5.	O compromisso de ajustamento de conduta (TAC)	1221
4.5.1.	A previsão legal e disciplina regulamentar.....	1221
4.5.2.	Do objeto do TAC	1223
4.5.3.	A natureza de Negócio Jurídico do TAC e suas vantagens como instrumento de negociação em tutela coletiva.....	1224
4.5.3.1.	A natureza jurídica do TAC: negócio jurídico <i>sui generis</i>	1224
4.5.3.2.	As vantagens do TAC sobre a via judicial	1225
4.5.4.	O TAC como instrumento de concretização dos direitos coletivos.....	1226
4.5.5.	Requisitos e cuidados na elaboração do TAC.....	1228
4.5.5.1.	Existência do TAC: assinatura por um legitimado e previsão de obrigações	1228
4.5.5.2.	Validade do TAC: conformidade com a lei, capacidade dos agentes, ausência de vício de vontade e outros requisitos	1228
4.5.5.2.1.	Capacidade para obrigar. Representação extrajudicial dos entes públicos federais e das pessoas físicas e jurídicas compromissárias	1230
4.5.5.2.2.	A validade das obrigações previstas no TAC e a priorização da tutela específica	1232
4.5.5.3.	Eficácia do TAC.....	1233
4.5.5.3.1.	A certeza e liquidez das obrigações pactuadas no TAC	1233
4.5.5.3.2.	Exigibilidade imediata e a fixação de prazos.....	1235

4.5.5.4.	As cominações	1236
4.5.5.4.1.	A ausência de exclusividade da multa como cominação no TAC.....	1236
4.5.5.4.2.	A autorização para não fixar cominações no TAC em casos excepcionais	1238
4.5.5.5.	A destinação do pagamento em dinheiro: alternativas ao FDD.....	1240
4.5.6.	Publicidade	1243
4.5.7.	O arquivamento do procedimento ou inquérito civil em que firmado TAC e a revisão do órgão superior.....	1244
4.5.8.	A efetividade do TAC: Fiscalização do seu cumprimento e consequências do descumprimento	1247
4.5.9.	Modelo de peça.....	1250
4.5.9.1.	Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.....	1250
4.6.	Passo a passo no inquérito civil, da instauração ao arquivamento ou ajuizamento da ação cabível.....	1253
4.7.	Fluxograma da Atuação Extraprocessual.....	1255
5.	Visão geral da atuação processual como agente.....	1256
5.1.	O Novo Processo Civil e a necessária adequação da atuação processual do MPF ..	1257
5.1.1.	O estímulo à autocomposição e ao autorregramento da Justiça.....	1257
5.1.1.1.	Autocomposição: contexto, conceito e métodos (conciliação, mediação e negociação).....	1257
5.1.1.2.	A autocomposição no CPC/2015.....	1258
5.1.1.3.	Do cabimento da autocomposição na ação civil pública e nas demais ações coletivas	1261
5.1.1.4.	O acordo e o TAC no curso da ação como instrumentos para formalização da autocomposição e a atuação do Ministério Público	1263
5.1.1.5.	Dos negócios processuais.....	1265
5.1.1.5.1.	A cláusula geral de negócios processuais atípicos (art. 190).....	1265
5.1.1.5.2.	O calendário processual (art. 191).....	1266
5.1.2.	A racionalização da prestação jurisdicional pela uniformização da jurisprudência e pela vinculação a precedentes	1267
5.1.2.1.	Jurisprudência, súmula, precedente, <i>ratio decidendi</i> e <i>obiter dictum</i> : compreensão dos conceitos	1269
5.1.2.2.	Os diversos efeitos jurídicos atribuídos pelo CPC à jurisprudência, súmulas e precedentes vinculantes.....	1272

5.1.2.3.	A regra geral de vinculação aos precedentes de observância obrigatória (art. 927, CPC).....	1276
5.1.2.4.	As técnicas de distinção (<i>distinguishing</i>) e de superação (<i>over-ruling</i>).....	1278
5.2.	A atuação processual resolutiva e estratégica.....	1279
5.2.1.	Quando a via processual é a melhor opção?.....	1279
5.2.2.	A resolatividade pela definição da estratégia processual a partir da inicial.....	1280
5.3.	A definição da estratégia processual a partir da elaboração da inicial.....	1281
5.3.1.	A amplitude da tutela jurisdicional coletiva e importância da petição inicial na adequada exploração desse potencial	1281
5.3.2.	A definição do objeto litigioso e da abrangência subjetiva.....	1281
5.3.2.1.	A definição e contorno do(s) direito(s) defendido(s) na ação (difusos, coletivos e individuais homogêneos) a partir do pedido	1282
5.3.2.2.	A abrangência territorial.....	1284
5.3.2.3.	A relevância da configuração subjetiva nas ações coletivas.....	1285
5.3.2.4.	A inclusão de entes federais nos polos da ação	1286
5.3.2.5.	O polo passivo e a eficácia da sentença: a correta compreensão dos “efeitos <i>erga omnes</i> ”.....	1287
5.3.3.	O pedido de tutela provisória de urgência e de evidência: regime jurídico, distinções e cuidados na formulação.....	1292
5.3.3.1.	Os diferentes requisitos para a tutela provisória de urgência e de evidência e os consequentes cuidados nos respectivos pedidos	1293
5.3.3.2.	Do pedido de tutela provisória inaudita altera parte	1294
5.3.3.3.	As limitações legais à tutela de urgência e a respectiva superação	1295
5.3.3.4.	Limitações à tutela provisória contra o Poder Público.....	1296
5.3.3.5.	A amplitude e adequação das medidas de tutela provisória e o respectivo pedido	1297
5.3.3.6.	O pedido de tutela provisória de urgência em caráter antecedente.....	1298
5.3.4.	A inicial e o questionamento	1300
5.4.	A condução do processo com foco na resolatividade.....	1302
5.4.1.	A réplica e a especificação da prova.....	1302
5.4.2.	Composição negociada da lide coletiva na audiência de conciliação ou de mediação (art. 334, CPC), por acordo ou TAC	1303

5.4.3.	O controle do andamento dos processos e a representação contra excesso de prazos pelo juiz.....	1304
5.4.4.	A elaboração das razões finais ou memoriais.....	1305
5.4.5.	O cumprimento da sentença: provisório, definitivo parcial e definitivo ..	1306
5.5.	Os recursos.....	1309
5.5.1.	Visão geral da disciplina legal e as peculiaridades do processo coletivo....	1309
5.5.1.1.	Dos prazos.....	1310
5.5.1.2.	A intimação pessoal com vista dos autos e o processo eletrônico	1310
5.5.1.3.	Os efeitos. A regra da eficácia imediata da sentença e o cabimento de cumprimento provisório.....	1311
5.5.1.4.	O interesse recursal para alteração do fundamento da sentença.....	1312
5.5.1.5.	A facultatividade de recorrer e a desistência de recurso interposto.....	1313
5.5.2.	Dos cuidados especiais em face dos poderes do relator.....	1314
5.5.2.1.	A necessidade de impugnação específica dos fundamentos da decisão recorrida (art. 932, III, CPC).....	1314
5.5.2.2.	A atuação recursal e os precedentes vinculantes (art. 932, IV e V, CPC)	1315
5.5.3.	Os recursos em espécie.....	1316
5.5.3.1.	Os embargos de declaração	1316
5.5.3.1.1.	Hipóteses de cabimento e prazo diferenciado	1316
5.5.3.1.2.	Petição e efeitos.....	1317
5.5.3.2.	O agravo de instrumento	1318
5.5.3.2.1.	Hipóteses de cabimento.....	1318
5.5.3.2.2.	Petição. Formação e encaminhamento do instrumento	1319
5.5.3.2.3.	Juntada das peças nos autos principais e juízo de retratação	1320
5.5.3.3.	A apelação.....	1321
5.5.3.3.1.	Hipótese de cabimento	1321
5.5.3.3.2.	Petição. Requisitos e endereçamento.....	1321
5.5.3.3.3.	Juízo de retratação	1323
5.5.3.3.4.	O recurso adesivo e seu potencial ainda pouco explorado	1323
5.5.3.3.5.	O prequestionamento e a apelação	1326

5.5.4.	Passo a passo da análise recursal pelo Procurador da República.....	1327
5.6.	Fluxograma da atuação processual resolutiva.....	1328
5.7.	Modelos de peças.....	1329
5.7.1.	Embargos de Declaração	1329
5.7.2.	Apelação	1331
6.	Os instrumentos processuais da atuação como agente.....	1336
6.1.	A ação civil pública.....	1336
6.1.1.	A distinção terminológica e de procedimento com outras ações de natureza coletiva.....	1336
6.1.2.	Objeto	1337
6.1.2.1.	Ação civil pública e a ampla tutela específica e indenizatória dos direitos difusos e coletivos.....	1337
6.1.2.2.	A ação civil pública na tutela dos direitos individuais homogêneos: peculiaridades.....	1340
6.1.2.3.	A ação civil pública no controle difuso de constitucionalidade	1341
6.1.2.4.	A ação civil pública contra a omissão do Poder Público e para inclusão de previsão orçamentária	1342
6.1.2.5.	A vedação de pretensões de natureza tributária (art. 1º, par. ún).....	1343
6.1.3.	Procedimento e disposições processuais especiais.....	1344
6.1.3.1.	Competência pela prevenção, conexão e continência.....	1344
6.1.3.2.	A concessão liminar (conteúdo cautelar e antecipatório). Requisitos e peculiaridades.....	1345
6.1.3.3.	Efeito dos recursos e reexame necessário.....	1346
6.1.3.4.	O dever do MP de promover o cumprimento da sentença de procedência.....	1347
6.1.3.5.	A restrição dos efeitos territoriais da sentença (art. 16)	1347
6.1.3.6.	A coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	1349
6.1.3.7.	Dos honorários periciais e advocatícios e das custas.....	1350
6.1.3.8.	Os procedimentos específicos para efetivação (cumprimento) das sentenças e a regra geral do art. 139, IV, CPC.....	1351
6.1.4.	Requisitos da petição inicial e principais cuidados.....	1354
6.1.4.1.	Indicação do juízo ao qual se dirige a ação e especificação e qualificação das partes (art. 319, I e II, CPC).....	1354

6.1.4.2.	Os fatos, fundamentos jurídicos do pedido e a especificação deste, incluindo a possibilidade e disciplina da cumulação (art. 319, III e IV, CPC)	1355
6.1.4.3.	Valor da causa (art. 319, V).....	1358
6.1.4.4.	Indicação das provas. Momento processual e repartição do ônus (art. 319, VI, CPC)	1358
6.1.4.5.	A opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação (art. 319, VII) e o pedido de citação para audiência.....	1361
6.1.4.6.	Do desenvolvimento da argumentação e de outras sugestões úteis.....	1362
6.2.	A ação civil pública de execução do TAC	1362
6.2.1.	Nomenclatura, disciplina processual aplicável e foro competente	1362
6.2.2.	A ampla legitimidade, não restrita ao compromitente.....	1363
6.2.3.	Obrigatoriedade da execução e destinação do valor devido	1364
6.2.4.	Dos procedimentos conforme a modalidade da obrigação a ser executada.....	1365
6.2.4.1.	A necessária liquidez do TAC e a possibilidade de liquidação judicial.....	1367
6.2.4.2.	A execução de quantia certa contra a Fazenda Pública	1368
6.2.5.	A elaboração da inicial: peculiaridades e cuidados	1369
6.2.5.1.	Das diferenças essenciais quanto à elaboração da ação civil pública de conhecimento	1369
6.2.5.2.	Das peculiaridades decorrentes do procedimento correspondente.....	1370
6.2.5.3.	A juntada do título e o ajuizamento de tantas execuções quantos forem os procedimentos.....	1371
6.3.	A ação coletiva para defesa de interesses individuais homogêneos.....	1372
6.3.1.	Objeto e distinção em face da ação civil pública	1372
6.3.1.1.	A “ação civil pública” para ressarcimento de investidores (Lei 7.913/89).....	1374
6.3.1.2.	A condenação genérica (art. 95)	1374
6.3.1.3.	A alternativa da condenação na obrigação de creditar ou abater em conta (obrigação de fazer).....	1375
6.3.2.	Procedimento e disposições processuais especiais.....	1376
6.3.2.1.	A publicação de edital	1376
6.3.2.2.	A possibilidade de intervenção de indivíduos na ação.....	1376

6.3.2.3.	O prazo prescricional, o rito e as fases de liquidação e execução.....	1377
6.3.2.4.	O ressarcimento fluido (art. 100).....	1380
6.3.2.5.	A coisa julgada <i>in utilibus</i>	1381
6.3.3.	A elaboração da inicial: peculiaridades e cuidados	1381
6.4.	A ação de responsabilização por ato de improbidade administrativa.....	1382
6.4.1.	As principais alterações da Lei 14.230/21 e a sua eficácia temporal.....	1384
6.4.2.	A integração entre a LIA e Lei Anticorrupção sob a perspectiva da estratégia de atuação processual.....	1393
6.4.3.	Objeto, destinatários e natureza civil da responsabilização judicial por meio da AIA.....	1397
6.4.4.	A legitimidade concorrente e disjuntiva do MPF para a ação principal e para o acordo de não persecução civil.....	1399
6.4.5.	Os atos de improbidade administrativa e a essencialidade do dolo para sua caracterização	1402
6.4.6.	As sanções previstas em lei: peculiaridades e proporcionalidade	1409
6.4.7.	Procedimento: as peculiaridades do art. 17, LIA.....	1416
6.4.8.	A indisponibilidade de bens e outras medidas cautelares de natureza patrimonial.....	1419
6.4.9.	Acordos no âmbito da improbidade administrativa: instrumentos e regime jurídico.....	1422
6.4.9.1.	Breve evolução da possibilidade de acordo no âmbito da improbidade administrativa.....	1422
6.4.9.2.	O acordo de não persecução civil (art. 17-B).....	1425
6.4.9.3.	Alternativas ao ANPC: TAC e acordo de leniência	1428
6.4.10.	A prescrição da pretensão sancionadora do Estado	1434
6.4.11.	A efetivação das condenações por atos de improbidade administrativa....	1436
6.4.12.	A elaboração da inicial: mais alguns cuidados úteis.....	1438
6.5.	Visão geral da definição da estratégia e estruturação da petição inicial das ações analisadas.....	1439
6.6.	O incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).....	1441
6.6.1.	Visão geral do instrumento, natureza jurídica e sua inserção na atuação do Ministério Público em tutela coletiva	1441
6.6.2.	Legitimidade, capacidade postulatória e a repartição de atribuições.....	1443
6.6.2.1.	Procurador da República pode suscitar IRDR?.....	1443

6.6.2.2.	A escolha do processo-modelo e atuação institucional concertada em defesa dos interesses individuais homogêneos envolvidos	1446
6.6.3.	Pressupostos para instauração do IRDR	1447
6.7.	Modelo de peça	1448
6.7.1.	Inicial de ação civil pública.....	1448
7.	Questões de concursos.....	1460

CAPÍTULO V – A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL COMO INTERVENIENTE **1471**

1.	Da análise prévia à intervenção e da visão instrumental da atuação como interveniente.....	1471
1.1.	Da verificação do cabimento e identificação do interesse motivador da intervenção.....	1471
1.2.	Da análise nas ações coletivas	1472
1.3.	Da análise no mandado de segurança e nas causas cuja intervenção se funda no art. 178, I, CPC.....	1472
1.4.	Da análise nas causas que envolvam incapazes.....	1472
2.	Disciplina processual da intervenção	1475
2.1.	O momento da intervenção: após as partes (art. 179, I)	1475
2.2.	Os impedimentos e as suspeições	1475
2.2.1.	Os impedimentos e a inaplicabilidade da vedação para atuação em diferentes instâncias	1476
2.2.2.	As suspeições.....	1479
3.	Os principais instrumentos processuais.....	1480
3.1.	O parecer.....	1480
3.1.1.	Natureza e finalidade do parecer à luz dos interesses que justificam a intervenção	1480
3.1.2.	Elaboração e estrutura do parecer	1481
3.1.2.1.	Do preâmbulo e da ementa.....	1482
3.1.2.2.	Do relatório	1482
3.1.2.3.	Da fundamentação.....	1483
3.1.2.4.	Da conclusão	1484
3.1.3.	A pessoa do discurso	1484
3.2.	A promoção.....	1485
3.2.1.	Natureza e finalidade da promoção	1485
3.2.2.	Estrutura da promoção.....	1486
3.3.	Os recursos	1487

3.3.1.	A disciplina geral recursal perante a Justiça Federal: ampla legitimidade, prazos em dobro e recursos disponíveis.....	1487
3.3.2.	A disciplina recursal nos Juizados Especiais	1487
4.	Passo a passo da atuação como interveniente	1489
5.	Modelos de peças	1490
5.1.	Parecer em mandado de segurança com análise de mérito	1490
5.2.	Parecer em mandado de segurança sem análise de mérito.....	1494
5.3.	Parecer em causa envolvendo incapaz sem análise de mérito e com análise da regularidade da representação processual.....	1495
5.4.	Promoção para regularização da representação do incapaz.....	1496
6.	Questões de concursos.....	1499
BIBLIOGRAFIA		1503